



As colonialidades em temas e debates promovidos pelos livros didáticos de Sociologia

The colonialities in themes and discussions promoted by Sociology textbooks

Resumo

Nos últimos dez anos a importância de investigar questões ligadas à decolonialidade nos livros didáticos tem sido reconhecida por uma série de pesquisadores da educação básica no Brasil. O foco desse artigo, no entanto, está circunscrito ao subcampo científico do ensino de Sociologia. Sendo assim, realiza uma análise dos livros didáticos de Sociologia aprovados no PNLD de 2018. Seu objetivo consiste em identificar as marcas do colonialismo (colonialidades) presentes em determinados temas e debates promovidos por intermédio dos materiais didáticos. A partir da identificação de temáticas recorrentes encontradas nos conteúdos analisados, criou-se categorias/seções que orientaram as análises ao longo do trabalho. Dessa forma, foi possível concluir que os livros didáticos em questão, ao tratarem sobre os temas: Surgimento das Ciências Sociais, Revolução Industrial e Revolução Francesa e Evolucionismo, promovem discussões que, à luz da teoria decolonial, permite-nos classificar seus conteúdos como eurocêntricos, pois reforçam estereótipos coloniais que se constituem em colonialidades do saber, colonialidades do poder e colonialidades do Ser.

Palavras-chaves: Colonialidades. Eurocentrismo. Livros didáticos de sociologia. PNLD 2018.

Caio dos Santos Tavares

Docente da Secretaria Estadual do Ceará. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: caiotavares_@hotmail.com

Fabio Monteiro de Moraes

Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: fabiocienciasociologia@gmail.com

Monick da Silva Pimentel

Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: nick@gmail.com

Abstract

In the past ten years, the importance of investigating issues related to decoloniality in textbooks has been recognized by a number of researchers in basic education in Brazil. However, the focus of this article is confined to the scientific subfield of Sociology education. Thus, it conducts an analysis of the sociology textbooks approved in the 2018 National Textbook Program. Its objective is to identify the marks of colonialism (colonialities) present in specific themes and debates promoted through educational materials. Based on the recurring themes identified in the analyzed contents, categories/sections were created to guide the analysis throughout the study. In this way, it was possible to conclude that the textbooks in question, when discussing topics such as the Emergence of Social Sciences, the Industrial Revolution, the French Revolution, and Evolutionism, engage in discussions that, in the light of decolonial theory, allow us to classify their content as Eurocentric because they reinforce colonial stereotypes that manifest in the coloniality of knowledge, the coloniality of power, and the coloniality of being.

Keywords: Colonialities. Eurocentrism. Sociology textbooks. PNLD 2018.

Introdução

Em uma escala ampla, podemos dizer que o presente trabalho analisa o modo como o conhecimento científico tem sido apresentado nos livros didáticos de Sociologia. No entanto, de forma específica, buscamos analisar as colonialidades, isto é, as marcas do colonialismo nos temas abordados nos livros fornecidos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2018 às escolas públicas de educação básica das redes federal, estadual, municipal e distrital (Brasil, 2019).

Convém, antes de tudo, apresentar, ainda que brevemente, os pressupostos teóricos que orientam o nosso trabalho de pesquisa e problematiza os efeitos da colonialidade na construção e disseminação do conhecimento. Especificamente, nosso enfoque está direcionado a explorar o seguinte problema: como a colonialidade do poder, a colonialidade do saber e a colonialidade do Ser, cuja gênese se encontra na relação de colonização entre o mundo europeu e as colônias, são produzidas e reproduzidas a partir dos temas abordados nos livros didáticos de Sociologia aprovados no PNLD 2018?

A noção de colonialidade, no âmbito dos estudos pós-coloniais, remete a duas correntes teóricas: a primeira, capitaneada pelo Grupo de Estudos Subalternos, composta por intelectuais situados em universidades americanas e inglesas na década de 80, busca entender a descolonização dos países nomeados como de "terceiro mundo", especialmente os asiáticos e

africanos. A segunda corrente, chamada de Grupo Modernidade/Colonialidade, postula que o projeto moderno teve início no século XVI, no período da colonização espanhola e portuguesa no Caribe e na América Latina. Entre as principais referências dessa corrente estão: Walter Mignolo, Anibal Quijano, Enrique Dussel, Immanuel Wallerstein, Edgardo Lander e Maldonado-Torres. O grupo Modernidade/Colonialidade é resultado de uma cisão com o Grupo de Estudos Subalternos, ocorrida sobretudo pela constatação de que se os saberes não europeus são inferiorizados, em detrimento do conhecimento eurocêntrico (Lander, 1998), não faz sentido utilizar-se de abordagens que partem de autores europeus, pois acabam negligenciando os processos históricos de violência ocorridos no Sul Global.

Assim, ainda que o colonialismo tenha precedido à colonialidade, esta sobrevive após o fim do colonialismo. A colonialidade se mantém viva nos manuais de aprendizagem, nos critérios para os trabalhos acadêmicos, na cultura, no senso comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos, e em tantos outros aspectos de nossa experiência moderna. Enfim, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente (Maldonado-Torres, 2007, p. 131).

A análise empreendida neste artigo mobiliza três noções fundamentais de colonialidade, cunhadas pelo Grupo Modernidade/Colonialidade: colonialidade do poder, colonialidade do saber e colonialidade do Ser. A colonialidade do poder é um termo que marca a espoliação dos países europeus sobre as colônias. Quijano (2005) salienta que mesmo com a formalização do fim da administração da metrópole e a independência das colônias as relações de colonialidade resistem na economia, na produção do conhecimento e na política até os dias atuais (Assis, 2014). Além disso, com a emergência do capitalismo colonial/moderno e eurocêntrico tivemos a consolidação de um padrão de poder de classificação social universal que se dá a partir da noção de raça (Mignolo, 2010). Em outros termos, a colonialidade do poder evidencia raça e racismo como a base da estrutura de diversas formas de hierarquias do sistema-mundo (Grosfoguel, 2008).

Segundo Almeida (2018) a origem dessa classificação parte das diferenças fenotípicas entre os povos colonizados e os colonizadores, estabelecendo com isso uma relação de superioridade/inferioridade. Munanga (2004, p.21) também enfatiza essa questão apontando para a realidade de que

[...] desde o início, eles se deram o direito de hierarquizar, isto é, de estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças. E o fizeram erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais.

Tal noção foi expandida à medida que tivemos o avanço da colonização europeia pelo restante do mundo (Assis, 2014). Nesse sentido, temos caracterizada a construção

discursiva de uma diferença biológica entre esses grupos, usada como critério para escravizar determinados sujeitos. Antes do período colonial, a escravização do sujeito estava associada à derrota de um povo nas guerras (Quijano, 2005).

O eurocentrismo foi posto como parâmetro universal e superior (Lander, 1998). A colonização branca, patriarcal e bélica exercia um poder disciplinador sobre o colonizado que não se enquadrava nos padrões hierárquicos civilizatórios globais (Grosfoguel, 2008). As singularidades históricas dos povos não-europeus eram desconsideradas a partir de uma perspectiva que os via como raças inferiores, produtoras de culturas insignificantes (Leda, 2015). O colonizado é caracterizado como sendo atrasado, arcaico, ultrapassado e o colonizador o oposto disso (Almeida, 2018). Essa colonialidade que sustenta a modernidade, sendo o seu lado obscuro (Mignolo, 2010), além de incidir na dimensão do poder, também incide na dimensão do saber e, conseqüentemente do Ser.

A partir do século XVII os saberes religiosos, filosóficos e científicos produzidos em parte da Europa foram utilizados para controlar a natureza e determinados sujeitos (Quijano, 2005). O saber considerado válido deveria ser advindo do mundo moderno e ofereceria as bases para a consolidação do padrão mundial de poder que subjugou outros saberes. Esse conhecimento, definido como racional, foi imposto a outros países como sendo a única forma de racionalidade legítima (Lander, 2005). Nesse contexto, a colonialidade do saber é um tipo de concepção de conhecimento hegemônico que coloniza outros saberes (Quijano, 2010), que desconsidera a multiplicidade de epistemologias que estão localizadas fora da perspectiva europeia de análise (Mignolo, 2017).

A colonialidade do saber está atrelada à ideia de negar e silenciar o outro (Maldonado-Torres, 2008). É uma violência epistêmica, pois suprime, “retira” de determinados povos os conhecimentos que elaboram sobre si e a sociedade que os cerca (Gnecco, 2009; Castro-Gómez, 2005). É um processo da invenção do outro, no qual o não europeu é silenciado e suas elaborações e teorias sobre o mundo são tratadas como não válidas (Spivak, 2010), o que está associado com o outro tipo de colonialidade: a colonialidade do Ser, que consiste no tipo de colonialidade oriunda dos efeitos da colonização sobre as subjetividades dos povos colonizados até os dias de hoje (Maldonado-Torres, 2007).

Embora ainda timidamente, nos últimos dez anos, a importância de investigar a colonialidade/decolonialidade¹ nos livros didáticos tem sido reconhecida por uma série de

¹ la descolonialidad y lo descolonial como a la decolonialidad y lo decolonial. Supri- mir la ‘s’ es opción mía. No es promover un anglicismo. Por el contrario, pretende marcar una distinción con el significado en castellano del ‘des’ y lo que puede ser entendida como un simple desarmar, deshacer o revertir de lo colonial. Es decir, a pasar de un momento colonial a un no colonial, como que fuera posible que sus patrones y huellas desistan en existir. Con este juego lingüístico, intento poner en evidencia que no existe un estado nulo de la colonialidad, sino posturas, posicionamientos, horizontes y proyectos de resistir, transgredir, intervenir, in-surgir, crear e incidir. Lo decolonial denota, entonces, un camino de lucha continuo en el cual se puede identificar, visibilizar y alentar ‘lugares’ de exterioridad y construcciones alter-(n)ativas”

pesquisadores da educação básica. O foco desse artigo, no entanto, está circunscrito a um subcampo ligado ao campo da educação e ao campo da sociologia concomitantemente, isto é, ao subcampo científico do ensino de Sociologia (Bodart, 2019; Ferreira; Oliveira, 2011; Mocelin, 2020). Sem pretensões de elaborar uma estado da arte com os trabalhos ligados à temática no contexto do subcampo do ensino de Sociologia, realizamos um levantamento na base de dados do Google Acadêmico, utilizando o *software*, “Publish or Perish²”, onde buscamos especificamente (i) artigos; (ii) publicados em língua portuguesa; (iii) em periódicos acadêmico-científicos; (iv) que analisaram, por uma perspectiva decolonial, os livros didáticos de sociologia do PNLD 2018. A respeito da escolha das palavras-chave, buscamos pelos seguintes termos: "colonialidade"; "decolonialidade"; decolonial; “pós-colonialismo”; “livro didático de sociologia” e “livros didáticos de sociologia”. Dessa busca³, resultaram 53 trabalhos, entre eles artigos, trabalhos de conclusão de curso de graduação (TCC) e dissertações de mestrado, dos quais apenas 4 foram selecionados por atenderem aos critérios de seleção mencionados.

Quadro 1 – Artigos que analisam os livros de sociologia aprovados no PNLD 2018, por uma perspectiva decolonial.

Autor	Título	Revista	Ano
Marcia Menezes Thomaz Pereira	Gênero e currículo: olhares do feminismo negro e decolonial sobre um livro didático de Sociologia	Em Tese	2019
Weverthon de Lannes Peralta e Luiz Felipe Bon	Recortes decoloniais no manual <i>didático sociologia em movimento</i>	Perspectiva Sociológica	2021
Vitória Marinho Wermelinger	A decolonialidade nos livros didáticos de sociologia entre a legislação e os materiais didáticos	Revista Discente Planície Científica	2022
Caio dos Santos Tavares; Anabelle Santos Lages e Fabiana Oliveira Gomes	O “lugar” do Feminismo Negro, Decolonial, nos livros didáticos de Sociologia (pnld 2018)	Revista Café com Sociologia	2023

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados coletados via software.

O artigo “Gênero e currículo: olhares do feminismo negro e decolonial sobre um livro didático de Sociologia”, buscou, à luz da perspectiva feminista negra, analisar o livro “Sociologia para Jovens do Século XXI”, com objetivo de “pensar a dinâmica de (re)distribuição de poder dentro de um currículo escolar, através *do que* e *como* certos conteúdos estão ou não presentes” (Pereira, 2019, p.143). O artigo “Recortes decoloniais no manual didático *sociologia em movimento*”, como o próprio título indica, também se limitou a analisar um único livro. O trabalho faz parte de um projeto de Iniciação à Docência no Colégio Pedro II, que envolveu, além da análise do livro em questão, entrevistas com os(as) autores(as) do material didático e uma

² <https://harzing.com/resources/publish-or-perish>

³ A referida busca foi realizada a partir da seguinte combinação lógica: "colonialidade" OR "decolonialidade" AND "livros didáticos de sociologia" OR "livro didático de sociologia" AND "decolonial" OR "pós-colonialismo."

educadora indígena, onde se buscou identificar presenças e ausências da perspectiva decolonial nos temas apresentados no livro. No artigo “A decolonialidade nos livros didáticos de sociologia entre a legislação e os materiais didáticos”, partindo da perspectiva decolonial, a autora analisou os conteúdos dos cinco livros aprovados no PNLD de 2018, que segundo ela “promovem a representatividade étnica, racial e cultural dos povos colonizados no Brasil nos livros didáticos de Sociologia disponibilizados pela Programa Nacional do Livro Didático de 2018, e que estão no marco das Leis 10.639/03 e 11.645/08” (Wermelinger, 2022). Já o artigo “O ‘lugar’ do Feminismo Negro, Decolonial, nos livros didáticos de Sociologia (PNLD 2018), analisou dois dos cinco livros didáticos de Sociologia aprovados PNLD de 2018: “Sociologia para Jovens do Século XXI e “Sociologia em Movimento”. Dessa forma, realizou suas análises à luz do feminismo negro decolonial, buscando observar como o tema “feminismo negro” estava sendo apresentado nesses materiais e aponta para a realidade de que apesar dos avanços, há muito a ser construído no que diz respeito à temática.

Esse levantamento aponta na direção de que, no âmbito do subcampo do ensino da Sociologia, em se tratando do gênero artigo científico, material normalmente mais acessado pelos pesquisadores por apresentarem resultados de pesquisas recentes, a temática da colonialidade nos livros do PNLD de 2018 não é um assunto muito pesquisado. É possível aventar a hipótese de que isso ocorra em decorrência das mudanças ocorridas nos materiais didáticos, em função da Reforma do Novo Ensino Médio em 2018.

Cabe salientar que o presente artigo se diferencia dos artigos apresentados no quadro 1, ao passo que seu objetivo é saber de que forma os livros didáticos analisados, a respeito da abordagem de assuntos classificados como recorrentes, produzem e reproduzem a colonialidade do saber, do poder e do Ser. Além disso, busca identificar o lócus de enunciação dos argumentos e debates promovidos pelos(as) autores(as) dos livros didáticos, por intermédio dos(s) pensadores(as)/autores(as) referenciados utilizadas e dos temas abordados. Nossa hipótese se apoia na ideia de que “os livros escolares respondem a uma política de representação que, incorporando muitas imagens de indígenas e povos negros, reforçam estereótipos e processos coloniais de racialização (Walsh, 2019, p.20), reproduzindo, desse modo, os padrões eurocêntricos que, por sua vez, constituem-se em colonialidades.

Dito isto, nosso objeto de análise, portanto, foram os cinco livros de Sociologia aprovados no Plano Nacional do Livros Didático de 2018. A saber: i) Sociologia para jovens do século XXI; ii) Sociologia hoje; iii) Sociologia em movimento; iv) Sociologia; v) Tempos modernos, tempos de Sociologia. Como é possível verificar no quadro 2, as obras supracitadas não foram analisadas em sua totalidade. Pois nossos interesses estão voltados a conhecer, nesse primeiro momento, os conteúdos que se propõem a apresentar (introduzir) a Sociologia aos estudantes da educação básica a partir de determinados temas recorrentes nos livros didáticos. Nossa motivação está associada à

noção de que, enquanto ciência, a Sociologia pode ser considerada uma disciplina científica que se pauta pela criticidade, questionando e desmistificando a realidade social, mas enquanto disciplina escolar, não implica intrinsecamente nesse propósito, já que muitas vezes o ensino da Sociologia, se restringe à mera repetição de conceitos e de categorias (Meucci, 2000; Oliveira, 2011).

Quadro 2 – Livros de Sociologia, seções e páginas analisadas.

Livro	Seção analisada	Páginas	nº páginas
Sociologia Hoje	Introdução - O que é Sociedade – Capítulo 1	8-25	18
Tempos modernos, Tempos de Sociologia	Saberes cruzados – Unidade 1	8-71	64
Sociologia em movimento	Produção de conhecimento: Uma característica fundamental das sociedades humanas – Capítulo 1	16-37	22
Sociologia	As Ciências Sociais nasceram com a modernidade – Capítulo 1	11-41	31
Sociologia para jovens do século XXI	Sociologia: Dialogando com você – Capítulo 1	8-18	11
Total de páginas			146

Fonte: Elaboração própria, baseado nos livros didáticos.

A partir desse critério de seleção dos conteúdos, foi possível perceber algumas recorrências temáticas, as quais categorizamos como: i) “Surgimento das Ciências Sociais”; ii) “Revolução Industrial e Revolução Francesa” e; iii) “Evolucionismo”. A partir disso, o enfoque analítico se constituiu por meio de duas noções básicas que caracterizaram a ideia de modernidade. São elas: i) a noção de progresso como uma cosmovisão universal da humanidade, utilizada para a realização de hierarquizações de povos, culturas e continentes, por meio de classificações sociais. Aqueles(as) que não se encaixam nessas classificações inevitavelmente são desacreditados e invisibilizados e; ii) a noção de eurocentrismo, ou seja, o conhecimento construído na Europa é visto como legítimo, universal e objetivo, isto é, rigoroso e científico. A produção advinda de outros espaços geográficos não teria o mesmo prestígio.

Cabe ressaltar que, conforme apresentado no quadro 2, dos cinco livros analisados, apenas no livro “Tempos modernos, Tempos de Sociologia”, analisamos a unidade 1 inteira, uma vez que nesse livro, diferentemente dos demais, os temas recorrentes, usados como categorias de análise, aparecem ao longo de toda unidade.

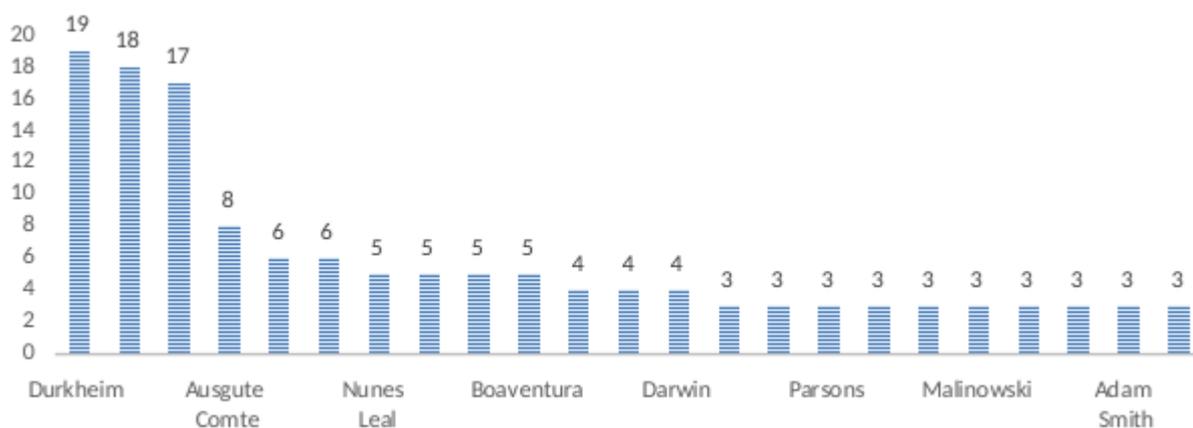
Sendo assim, o artigo foi dividido em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, objetiva-se demonstrar a nacionalidade dos(as) principais autores(as) referenciados(as) nos conteúdos analisados, bem como a quantidade de vezes que são mencionados(as) tanto no conteúdo textual, quanto no conteúdo das atividades propostas no final de cada capítulo. Quanto ao critério de seleção das citações, consideramos o seguinte: a cada menção feita ao autor em diferentes contextos, contabilizamos uma nova menção. Nas demais

seções, analisamos o modo com que os conteúdos abordam os temas, nomeando-as de acordo com as categorizações sugeridas, tendo desta forma as respectivas seções: “Abordagem sobre o Surgimento das Ciências Sociais”, “Abordagem sobre a Revolução Industrial e Revolução Francesa” e “Abordagem sobre o Evolucionismo”.

1 A predominância de autores europeus referenciados nos conteúdos dos livros didáticos de Sociologia

A Sociologia, compreendida de forma hegemônica como ciência surgida na modernidade é um dispositivo de validação e legitimação de um padrão de poder eurocêntrico, que prioriza a representatividade de determinados sujeitos em detrimento de outros (Young, 2000). Na dimensão da produção científica, os integrantes desse grupo social possuem autoridade para estarem localizados em espaços de prestígio (Ribeiro, 2017). A análise das seções das obras revelou que das 103 citações presentes nos conteúdos analisados, apenas 6 (5,8%) eram menções à intelectuais mulheres. Isso nos levou a observar a configuração dos(as) autores(as) dos livros do PNLD 2018 e a constatar que apesar do livro “Tempos Modernos, Tempos de Sociologia” ter sido escrito só por autoras (mulheres), quando consideramos as cinco obras, percebemos que dos(as) 25 autore(as), 15 (60%) são homens, o que nos leva a considerar esses números como um indício de que a violência epistêmica é também de gênero, e por isso, consideramos importante identificar a nacionalidade e o sexo dos(as) autores(as) mais citados(as) nos trechos dos livros analisados.

Gráfico 1: Autores(as) citados(as) no mínimo três vezes nas seções analisadas.



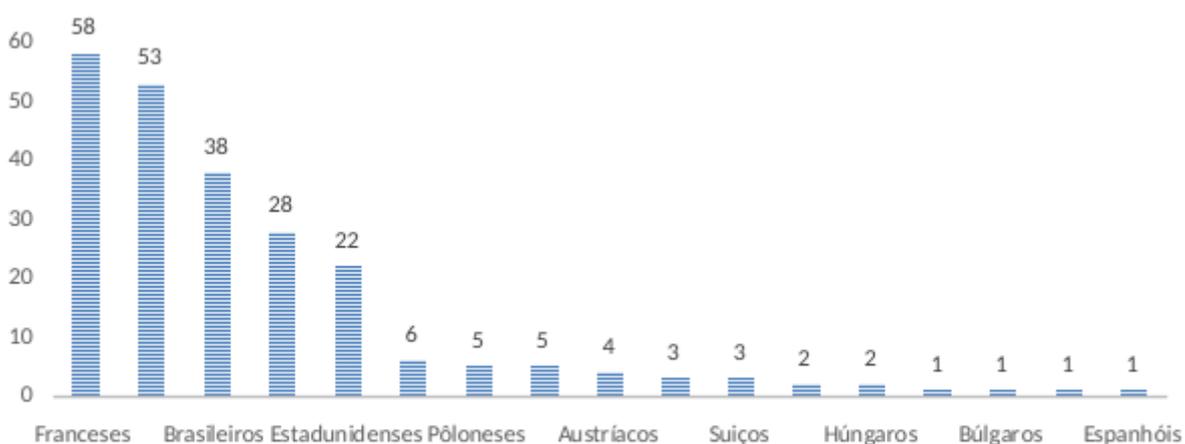
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados dos livros didáticos.

Nota-se que o gráfico 1 está em conformidade com as narrativas hegemônicas dos processos históricos que caracterizam o binômio modernidade/colonialidade e que

compreendem a razão como sendo um atributo específico de grupos ou classes dominantes, compostas, em grande parte, por homens brancos originários dos países do Norte Global, autodenominados de “países do primeiro mundo” (cuja a ideologia econômica dominante é a lógica do capitalismo de mercado), dos quais fazem parte os grupos hegemônicos “que produzem o conhecimento científico acadêmico como campo institucionalizado do saber, bem como as metodologias e epistemologias que empreenderam, foram e são mantidas em um lugar de poder (Junior, Nunes, 2018, p.2)”.

A predominância de autores masculinos europeus referenciados nos livros didáticos brasileiros é outro ponto que aponta para a realidade da colonialidade do poder, do saber e, conseqüentemente, do Ser nesses artefatos fundamentais para o processo de formação das novas gerações. O gráfico 2 chama atenção para a tipo de conhecimento que advém dos(a) autores(as) pertencentes aos grupos dominantes mencionados, que, por sua vez, em decorrência da lógica que os orienta, produzem um conhecimento que acaba por colonizar os demais saberes. Nessa dinâmica, desconsideram e desperdiçam a multiplicidade de experiências e epistemologias que estão localizadas fora da perspectiva europeia de analisar (Mignolo, 2017).

Gráfico 2: Nacionalidade dos(as) autores(as) citados nas seções analisadas.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados dos livros didáticos.

Nota-se que os franceses e os alemães sozinhos representam quase o mesmo percentual (47,63%) que as demais 15 nacionalidades (52,36%) dos(as) autores(as) referenciados nos livros, essa predominância epistemológica eurocêntrica sustenta que a modernidade teria o seu início no estado de natureza, até alcançar a civilização ocidental/europeia (Quijano, 2005). Fundamentada em ideias evolucionistas, postula que as transformações aconteceriam em uma direção contínua (Ballestrin, 2017). Nessa concepção os europeus (atualmente, fala-se do Norte Global) seriam os

únicos produtores e protagonistas da modernidade e os países não europeus ao se modernizarem passariam por um processo de europeização (Lander, 2005), como se a história tivesse um início, meio e fim linear e inexorável.

2 Abordagem sobre o “Surgimento das Ciências Sociais”

Os livros “Sociologia Hoje”, “Tempos Modernos, Tempos de Sociologia”, “Sociologia” e “Sociologia em movimento” procuraram apresentar o contexto histórico que resultou no surgimento das ciências sociais sem problematizar o caráter universalista que imputa ao Norte Global todo mérito do desenvolvimento da Sociologia enquanto ciência que busca explicar o mundo moderno. Dentre eles, somente a obra *Sociologia Hoje* parte do Brasil para analisar a institucionalização científica:

Esse conjunto de saberes desenvolveu-se de forma diferente, dependendo do contexto social onde emergiu. Em alguns casos, uma dessas ciências teve mais destaque, ofuscando as outras. Não há, portanto, um modelo universal de desenvolvimento das Ciências Sociais, muito menos um equilíbrio entre seus diversos campos de especialização. No Brasil, temos uma história particular de entrelaçamento acadêmico entre Sociologia, Antropologia e Ciência Política (Machado *et al.*, 2018, p.13).

Essa questão se aproxima (e pode ser concebida como uma brecha na estrutura do discurso hegemônico dos livros didáticos) de uma perspectiva que contempla as diversidades da produção do saber científico, buscando afastar-se, portanto, de uma concepção eurocêntrica. Opta-se por apresentar aos estudantes as especificidades da institucionalização científica brasileira. O que fica explícito na menção a seguir:

Os cursos superiores de Ciências Sociais no Brasil foram e continuam sendo, em sua maioria, de Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Entretanto, só a profissão de sociólogo é reconhecida pelo Estado brasileiro (Decreto nº 89 531, de 5 de abril de 1984), motivo pelo qual todo antropólogo, cientista político ou sociológico é, legalmente, um sociólogo (Machado *et al.*, 2018, p.14).

Ao invés de partir do contexto europeu, distante da realidade da maioria dos estudantes do Ensino Médio brasileiro, os(as) autores(as) apresentam a disciplina Sociologia enfocando o modo da institucionalização das ciências sociais no Brasil. Com isso, apontando para a realidade de não existir um padrão universal de desenvolvimento das ciências sociais, buscam uma perspectiva que os aproximam do chamado giro decolonial, valorizando as experiências históricas locais, em detrimento de projetos globais abstratos, mas com vieses universalistas (Maldonado-Torres, 2017). A ideia de giro decolonial, elaborada por Maldonado-Torres não se propõe a alterar os fatos, mas realiza uma releitura a partir de uma perspectiva que oportuniza o

conhecimento da história dos povos colonizados, introduzindo outras questões à teoria social (Ballestrin, 2013). É uma maneira de pensar as relações sociais de forma diferente, compreendendo e atuando sobre esse mundo (Ballestrin, 2017).

O livro “Sociologia Hoje” se diferencia, como veremos a seguir, das demais obras analisadas, que procuraram apresentar o contexto histórico do surgimento das ciências sociais a partir de um percurso espaço/tempo que privilegia a Europa. Na obra “Tempos Modernos, Tempos de Sociologia” é apresentada uma linha do tempo que vai da Idade Média ao período moderno. A intenção dos(as) autores(as) foi recuperar “no tempo alguns acontecimentos que foram especialmente relevantes para o surgimento das Ciências Sociais” (Bomeny *et al*, 2018, p. 12)”. Dessa maneira, o livro considera que foram os europeus que conceituaram o mundo:

[...] a partir do século XV, na Europa, os conceitos sobre o mundo começaram a se alterar [...] os europeus qualificaram o tempo vivido até então de uma idade intermediária entre duas épocas brilhantes, por isso chamaram de Idade Média o período que se estendeu do fim da Antiguidade Greco-Romana, no século V, até a Idade Moderna, que se iniciava em meio a grandes expectativas (Bomeny *et al*, 2018, p. 12).

O trecho acima naturaliza a posição de dominação dos europeus, conferindo, portanto, legitimidade a ela (Lander, 2005). Observa-se daí uma espécie de reprodução da colonialidade do saber, que parte de uma europerspectiva, reforçando a dominação epistemológica e colocando no topo da hierarquia os saberes considerados válidos, advindos das nações europeias, ao passo que desconsidera e silencia outras formas de conhecimento, oriundas das nações colonizadas (Castro-Gómez, 2005).

Para Castro-Gómez (2005) na origem das ciências sociais temos uma visão colonial latente, que se expressa na dicotomia entre mito e ciência, bárbaro e civilizado, tradição e modernidade, solidariedade orgânica e solidariedade mecânica. Essas noções oferecem formas de interpretação da realidade que dão suporte para o projeto moderno que ocorreu frente as instituições estatais (escola, hospitais, prisões etc.) que disciplinavam os corpos-mentes controlando os impulsos e paixões ajustando os sujeitos para a produção de mercadorias. “As ciências sociais ensinam quais são as “leis” que governam a economia, a sociedade, a política e a história. O Estado, por sua vez, define suas políticas governamentais a partir desta normatividade cientificamente legitimada” (Castro-Gómez, p.88, 2005). Em outras palavras, temos a conexão entre os saberes produzidos pelos cientistas que servem como o poder de invenção do outro, forjando assim subjetividades colonizadas ou, se assim o quisermos, instituindo, a partir da colonialidade do poder e do saber, a colonialidade do ser.

A “ciência” (conhecimento e sabedoria) não pode ser separada da língua; as línguas não são apenas fenômenos “culturais” em que os povos encontram sua 'identidade'; são também o lugar em que o conhecimento está inscrito. E, se uma vez que as línguas não são algo que os seres humanos têm, mas algo que os seres

humanos são, a colonialidade do poder e do saber veio a gerar a colonialidade do ser (Mignolo, 2003, p. 669)

A noção de colonialidade do ser, refere-se ao tipo de colonialidade das experiências vividas pelos colonizados (Maldonado-Torres, 2007), sendo a partir da construção desse “outro” que o padrão eurocêntrico se fortaleceu e legitimou suas práticas de violência (Spivak, 2010; Gnecco, 2009).

A obra Sociologia parte do contexto europeu que se pretende universal ao apresentar como ocorreu a institucionalização da Sociologia. Por exemplo, ao tratar sobre a Revolução Industrial, mostra que ela “modificou por completo as relações sociais de trabalho das sociedades europeias, consolidando o capitalismo” (Araújo *et al.*, 2018, p. 15). Essa mesma situação pode ser encontrada no livro Sociologia em Movimento quando aborda essas mesmas transformações provocadas pela Revolução Industrial: “em lugar da tradicional economia agrária, consolidou-se uma realidade cada vez mais urbanizada, com o aumento da população nas cidades e o rápido desenvolvimento do comércio e da industrialização” (Silva *et al.*, 2018, p. 26) Em ambos os casos, universaliza-se a realidade europeia desconsiderando outros lugares (Maldonado-Torres, 2017). Como se tais mudanças não tivessem uma relação direta com as periferias (Quijano, 2005).

3 Abordagem sobre a “Revolução Industrial e Revolução Francesa”

Ao tratar do contexto da Revolução Industrial, o livro “Sociologia” informa que os camponeses perderam suas terras e migraram para as cidades europeias sendo “empregados nas fábricas, sujeitando-se a baixos salários e a extensas jornadas de trabalho. Dessa forma, a Revolução Industrial inaugurou uma situação extrema de pobreza e desemprego” (Araújo *et al.*, 2018, p. 13). Essa mesma situação é descrita no livro “Sociologia em Movimento” enfatizando “a exploração do trabalho [...] sem salário fixo nem garantia de emprego, configurando um novo e terrível quadro social de exploração e desigualdade, cada vez mais afastado dos ideais iluministas que antecederam a sociedade capitalista” (Silva *et al.*, 2018, p. 26).

Os livros “Sociologia” e “Sociologia em Movimento” acabam por conduzir o leitor a um tipo de compreensão de que a exploração do trabalho e situação de pobreza teriam sido iniciadas nesse período histórico. A interpretação realizada, portanto, apresenta-se como eurocêntrica, pois desconsidera que a desigualdade social e a exploração ocorrem desde o período da espoliação das Américas (Assis, 2014). Portanto, esse “novo quadro social” (Silva *et al.*, 2018, p. 26), já não era novidade para outros povos não europeus.

Além da Revolução Industrial, a Revolução Francesa foi abordada com a finalidade de apresentar o contexto do surgimento da Sociologia. O livro Sociologia ressalta que nesse

momento foi introduzida “a ideia da igualdade entre os seres humanos [...] abrindo-se assim a possibilidade para justificar as hierarquias a partir de razões sociais, e não a partir de alguma instância religiosa” (Araújo *et al.*, 2018, p. 15). Oculta-se, no entanto, que a ideia do “somos todos iguais”, não foi praticada pela própria França que também colonizou e explorou outros povos (Almeida, 2018), assim como outros saberes não europeus, como por exemplo, a epistemologia Ubuntu, que traduzido do provérbio zulu – umuntu ngumuntu ngabantu, que significa que uma “pessoa só uma pessoa por meio de outras pessoas” (Chiquetti; Montenegro, 2022, p.5).

Se, por um lado, a modernidade promove a ideia iluminista, de rompimento com o místico e a derrocada do obscurantismo, ao mesmo tempo traz esse lado obscuro, visto que o progresso, os direitos humanos seriam apenas para alguns (Mignolo, 2017). Determinados corpos poderiam sofrer violência em benefício de outras pessoas. Ou seja, naturaliza-se a concepção de que algumas vidas são indispensáveis socialmente (Almeida, 2018). Portanto, não é possível pensar em modernidade sem levar em consideração a colonialidade, uma vez que a Europa se constituiu a partir da exploração econômica e política das colônias. Tal dominação não ocorreu de forma pacífica e harmônica, o oposto, para viabilizá-la foi preciso massacrar determinados sujeitos (Assis, 2014).

Para Mignolo (2010) a modernidade é um mito que oculta as suas consequências que são os massacres e genocídios. Os povos considerados bárbaros e inferiores, isto é, não dotados da razão que ilumina os ditos civilizados, tiveram que seguir o ideário moderno ou foram aniquilados. Nesse contexto, a Europa se declara como líder de um projeto de um tipo de desenvolvimento e progresso que todos os povos deveriam seguir. Tais discursos de suposta emancipação, aprisionaram (e aprisionam) e silenciaram (e silenciam) os povos ditos primitivos (Maldonado-Torres, 2008).

A mesma concepção moderna que prega determinados povos como inferiorizados, incivilizados, também elabora a ideia de raças inferiores, sexos frágeis e guerras justas (Mignolo, 2010). Esses argumentos sustentam a modernidade e direcionam as formas de agir da sociedade europeia e outras, autodenominadas neutras, desenvolvidas e objetivas. A modernidade/capitalismo gera efeitos desde a construção de conhecimentos, autoridades, e a forma como o trabalho é exercido, bem como as relações intersubjetivas de um modo geral (Castro-Gómez, 2005).

É importante mencionar que a obra “Sociologia” enfatiza que o Iluminismo forneceu a sustentação ideológica para a Revolução Francesa, na qual “elegueu a razão como a principal forma de explicação da realidade” (Araújo *et al.*, 2018, p. 15). A respeito dessa questão cabe reforçar esse ponto, enfatizando que o iluminismo foi um movimento que contribuiu para a instituição do ideal da primazia da razão, embasando, assim, o alicerce constitutivo da lógica da classificação, ou seja, da

lógica da primazia dos saberes eurocêntricos, como saberes superiores, ocupando, dessa maneira, um lugar dominante em relação à outras epistemologias como é o caso das epistemologias oriundas do Sul Global. Sendo produto do mundo moderno, o Iluminismo recai em muito dos problemas oriundos desse período, como, por exemplo, quando faz a cisão entre o conhecimento e o obscurantismo, promove, por sua vez, a cisão entre a razão e a desrazão, instituindo assim a base para aquilo que é um dos focos de análise e crítica deste trabalho, isto é, a primazia de um saber sobre o outro.

Já o livro “Tempos Modernos, Tempos de Sociologia” aponta que “foi assim que a ciência moderna começou a se constituir, por meio do que foi chamado mais tarde de Revolução Científica e que tem como princípio o uso da razão como meio de alcançar o conhecimento” (Bomeny *et al.*, 2018, p. 17). Esses livros deixam de lado qualquer problematização acerca do fato de que nem todos os indivíduos eram considerados dotados de razão, não mostra que a razão estava geográfica, sexual e racialmente localizada (Young, 2000).

Ao apresentar os aspectos epistemológicos, o livro “Sociologia Hoje” introduz a ciência como uma prática que “exige objetividade e universalidade (Machado *et al.*, 2018, p.12)”, naturalizando o próprio fato de que o universal apresentado diz respeito a um particular específico, o da realidade europeia particular, que não existiria sem as partes perpetradas no Sul Global. Esse tipo de abordagem tem sido criticado por autores(as) decoloniais que postulam que a construção do conhecimento científico possui um referencial, que é ocultado pelo mito da neutralidade e objetividade do conhecimento, baseado em um tipo de neutralidade que não leva em consideração as experiências dos periféricos (Ballestrin, 2013).

Embora a obra pondere a sua afirmação anterior, ao afirmar que “talvez seja difícil imaginar como as Ciências Sociais possam ser objetivas e universais, mas foi esse espírito, no final do século XIX, que conduziu a sua formação (Machado *et al.*, 2018, p.12)”, deixa de explicar o motivo das dificuldades de se universalizar o conhecimento para todos os locais.

4 Abordagem sobre o “Evolucionismo”

Outro tema abordado nos livros “Sociologia, Tempos modernos, Tempos de Sociologia” e “Sociologia Hoje” é o evolucionismo. O primeiro descreve que “na visão corrente em meados do século XIX, pensava-se que a sociedade estava sujeita a uma evolução crescente que levaria ao seu aprimoramento constante (Araújo *et al.*, 2018, p. 14)”. Contudo, não aponta para a realidade de que essa compreensão dominante por trás da noção de evolução se apoia no discurso do tempo linear, com avanços e progressos sucessivos, servindo assim de sustentação para o projeto político/econômico (ou capitalista) que dominou outros povos, tidos como atrasados. A obra apenas salienta que “esse pensamento recebeu, posteriormente, muitas críticas

à medida que a ciência avançava e reconhecia especificidades da natureza histórica dos fenômenos sociais” (Araújo *et al.*, 2018, p. 14).

Essa perspectiva que coloca a Europa como centro do mundo postula que a escravidão, a servidão e a produção mercantil são vistas como uma sequência histórica unilinear e universal, anteriores e antagônicos ao capitalismo (Quijano, 2005). No entanto, o sistema capitalista mundial não possui uma unidade e homogeneidade contínua. Assim, é possível questionar a ideia evolucionista da mudança histórica que acontece de forma processual e perene de uma unidade para outra, na qual a antiga é sucedida pela outra em uma cadeia progressiva, dado que o sistema capitalista é estruturado de forma heterogênea, seja por seus modos de controle do trabalho-recursos-produtos ou seus povos e suas diversas histórias inter-relacionadas (Quijano, 2005). Mesmo que esses aspectos se relacionassem entre si, ocorreria de um descontínuo, conflituoso e heterogêneo.

A América Latina é um exemplo do que se quer dizer, pois a escravidão da população negra em diáspora e dos povos originários foi o alicerce para atender aos interesses capitalistas do mercado mundial, foram consolidadas como produto para fabricar mercadorias. Portanto, esses modos de trabalho ocorrem concomitantemente e são aspectos centrais da estrutura do capitalismo (Almeida, 2018).

O olhar etnocêntrico sobre os não-europeus foi difundido e estabeleceu essa perspectiva hegemônica em um padrão mundial do poder (Quijano, 2005). Nesse sentido, o discurso defendido pela modernidade é que a Europa se constituiu por si própria (Mignolo, 2010). Assim, as relações entre europeus e os outros povos são desconsideradas. Os irracionais, tradicionais e primitivos, são os outros, não nós (Lander, 2005).

Em “Tempos Modernos, Tempos de Sociologia” destaca-se a concepção evolucionista sobre a noção de civilização, usada “para classificar, julgar e justificar o domínio sobre outros povos, com o argumento de que caberia aos mais evoluídos levar o progresso aos mais primitivos[...] a sociedade europeia ocupava o lugar de apogeu da civilização” (Bomeny *et al.*, 2018, p. 41). No livro essa questão é associada à modernidade.

Outra mudança importante no início dos “tempos modernos” foi, portanto, a ampliação dos horizontes geográficos dos europeus por meio da conquista de novos mares e novos continentes [...] Ao se depararem com povos cujos idiomas, hábitos e costumes eram completamente diferentes dos seus, os europeus passaram a produzir narrativas exóticas do Novo Mundo, vendo nos habitantes nativos verdadeiros selvagens [...] A justificativa de inferioridade validou aquilo que o filósofo classificou como “o maior genocídio da história da humanidade (Bomeny *et al.*, 2018, p. 19-20).

Embora o livro aponte que o colonialismo praticado no período das grandes navegações, valeu-se da invenção do nativo, incivilizado e inferior, autorizando a violência praticada contra

esses povos (Castro-Gómez, 2005), ao abordar os eventos históricos que aconteceram na Europa na seção denominada “o Século das Luzes e as grandes revoluções modernas”, observa-se uma contradição, pois a despeito de abordar as mudanças socioeconômicas, não as relaciona com as Américas, como se fossem duas realidades separadas.

Os(as) autores(as) apresentam ainda as teses racialistas que “influenciaram intelectuais brasileiros do final do século XIX e início do XX que tentavam compreender quais eram as possibilidades do Brasil se tornar uma nação desenvolvida, uma vez que a maior parte de sua população era mestiça” (Bomeny *et al.*, 2018, p. 42). Nesse sentido, mesmo não usando a noção decolonialidade do saber, essa ideia é desenvolvida à medida que salienta que os(as) autores(as) brasileiros(as) foram influenciados(as) por teorias europeias fazendo com que a interpretação realizada sobre o desenvolvimento do Brasil se baseasse no padrão europeu, não considerando com isso as singularidades da formação socioeconômica e cultural brasileira.

Procurando desnaturalizar a perspectiva evolucionista, a mesma obra apresenta o pensamento do antropólogo Lévi-Strauss que “argumentava que falar em progresso implica supor a existência de desigualdade entre os povos, pois, ao pensarmos nesses termos, somos naturalmente levados a classificar uns como mais adiantados e outros como mais atrasados” (Bomeny *et al.*, 2018, p. 42). Mesmo que aponte críticas ao pensamento eurocêntrico, o livro não demarca de modo consistente a relação entre a perspectiva que justificou a dominação sobre os povos da América com a modernidade. Portanto, novamente, da maneira que foi construída a argumentação os momentos históricos apresentados parecem não ter relação entre si.

Outro livro a apresentar ideias evolucionistas foi o “Sociologia Hoje” ao destacar o passado colonial da Antropologia da seguinte forma:

Inicialmente, a Antropologia se dedicou a entender as sociedades à época chamadas “primitivas”, sociedades não ocidentais, que hoje os cientistas denominam sociedades de pequena escala ou, ainda, sociedades simples (embora muitos questionem essas classificações). Durante a segunda metade do século XIX, a expansão do sistema capitalista, na forma do colonialismo europeu, levou as sociedades ocidentais a entrar cada vez mais em contato com essas populações nos quatro cantos do mundo (Machado *et al.*, 2018, p.14).

O livro “Sociologia” também aborda esse momento a partir da noção de que:

Desde o século XV, as grandes viagens de exploração e colonização despertaram a curiosidade dos europeus sobre outros povos e culturas espalhados pelo mundo, cada qual com sua história e costumes. Cronistas, viajantes e missionários interessavam-se em registrar como os povos viviam, seus hábitos, crenças, mitos, rituais, linguagens e normas para a vida em sociedade (Araújo *et al.*, 2018, p. 14).

Ao fazer a contextualização do surgimento da Antropologia opta por dizer que essa ciência teve curiosidade em conhecer as outras culturas e povos, todavia deixa de enfatizar que

essa “curiosidade” produziu conhecimento que serviu para o projeto político de dominação daqueles(as) que eram considerados diferentes (Grosfoguel, 2008).

Considerações Finais

À luz da perspectiva decolonial, foi possível observar, a partir dos trechos selecionados nos livros didáticos de Sociologia, três temas recorrentes, que serviram para orientar nossas análises acerca das abordagens adotadas. Esses temas foram: i) “Surgimento das Ciências Sociais”; ii) “Revolução Industrial e Revolução Francesa” e iii) “Evolucionismo”.

Uma vez escolhida essa estratégia temático-analítica, foi possível observar, primeiramente a respeito da apresentação sobre o “Surgimento das Ciências Sociais”, uma ausência de problematização, por partes dos(as) autores(as), em relação ao caráter universalista que atribui à Europa o mérito do desenvolvimento da Sociologia como uma ciência voltada para a explicação do mundo moderno como um todo.

Observamos que livro "Sociologia Hoje" foi o único a destacar a peculiaridade da institucionalização científica no Brasil, reconhecendo que não há um modelo universal de desenvolvimento das Ciências Sociais e que no Brasil existe uma interconexão acadêmica entre Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Essa abordagem mais próxima da realidade brasileira, em contrapartida ao tradicional foco na Europa, encontrado nos trechos selecionados nos demais livros, alinha-se, de alguma maneira, à perspectiva do "giro decolonial," que valoriza as experiências locais e desafia os projetos globalmente abstratos e universalistas.

Destacamos a importância da desnaturalização da posição de dominação europeia, bem como da colonialidade do saber, que se expressa na dicotomia entre mito e ciência, bárbaro e civilizado, tradição e modernidade, e solidariedade orgânica e solidariedade mecânica. Isso influencia as interpretações da realidade e a forma como as ciências sociais moldam as políticas governamentais. Além disso, chamamos atenção para a "colonialidade do ser", que consiste na formação das subjetividades dos povos colonizados, além de se constituir a partir da colonialidade do saber e do poder.

A respeito do tema “Revolução Industrial e a Revolução Francesa” no contexto do surgimento da Sociologia, os livros "Sociologia" e "Sociologia em Movimento" descrevem como a Revolução Industrial levou à perda de terras pelos camponeses, sua migração para as cidades europeias, onde enfrentaram baixos salários e longas jornadas de trabalho, resultando em pobreza e desemprego extremos. No entanto, classificamos essa interpretação um tanto quanto eurocêntrica, uma vez que, em nossa concepção, ela ignora que as desigualdades sociais e as explorações já existiam desde o período da espoliação das Américas.

Os livros mencionados destacam ainda a influência do Iluminismo na Revolução Francesa, enfatizando (de forma acrítica) a primazia da razão como explicação da realidade. No entanto, essa abordagem não problematiza o fato de que nem todos os indivíduos eram considerados dotados de razão, ignorando a dimensão geográfica, sexual e racial dessa questão.

O livro "Sociologia Hoje" introduz a ciência como uma prática que exige objetividade e universalidade, mas não aborda a dificuldade de universalizar o conhecimento para todos os locais, o que tem sido criticado por autores(as) decoloniais que questionam a neutralidade e o objetividade do conhecimento científico, que muitas vezes se baseia em um referencial europeu sem levar em consideração as experiências das regiões periféricas.

A respeito do tema "Evolucionismo", observou-se que nos livros "Sociologia, Tempos modernos, Tempos de Sociologia" e "Sociologia Hoje," destaca como no século XIX a visão predominante era de que a sociedade estava sujeita a uma evolução constante, que aprimoraria constantemente a sociedade. No entanto, essa visão se baseava em um conceito de evolução linear, sustentando o projeto político e econômico dominante, ressaltando que posteriormente, a ciência começou a reconhecer a natureza histórica e multifacetada dos fenômenos sociais, questionando essa visão evolucionista.

Destacamos que a perspectiva evolucionista posicionava a Europa como o centro do mundo e considerava a escravidão, a servidão e a produção mercantil como estágios históricos universais e sequenciais, anteriores e opostos ao capitalismo. No entanto, o sistema capitalista mundial é caracterizado pela heterogeneidade em termos de controle do trabalho, recursos e produtos, bem como pelas diversas histórias interligadas de seus povos.

A visão etnocêntrica dos não europeus estabeleceu a perspectiva eurocêntrica como hegemônica, ignorando as relações entre europeus e outros povos. A visão da Europa como o apogeu da civilização foi usada para justificar a dominação sobre outros povos. No entanto, os trechos analisados dos livros mencionados, não conectam consistentemente esses eventos históricos com a modernidade/capitalismo, apresentando contradições em sua abordagem.

Apesar de algumas críticas ao pensamento eurocêntrico e evolucionista, ao abordar o tema evolucionismo, os(as) autores(as) não estabeleceram uma conexão sólida entre a perspectiva que justificou a dominação das Américas e a modernidade.

Bibliografia

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ARAÚJO, Sílvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. *Sociologia: Livro do professor*. São Paulo: Editora Scipione. p. 11-39, 2018.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. *Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo*. v. 27. n. 72. Salvador: Caderno CRH. p.613-27. set./dez. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/mT3sC6wQ46rf4M9W7dYcwSj/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15 de out. 2023.

BALLESTRIN, Luciana. *América Latina e o giro decolonial*. n. 11. Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política. p.89-117, 2013.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. *Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial*. vol.60, n.2. Rio de Janeiro: Dados - Revista de Ciências Sociais. p.505-540, 2017.

BODART, Cristiano das Neves. A construção conceitual e empírica do subcampo ensino de Sociologia. In: BODART, Cristiano das Neves; SAMPAIO-SILVA, Roniel (Org.). *O ensino de Sociologia no Brasil*. 1ed. Maceió: Editora Café com Sociologia, v. 2, p. 11 38, 2019.

BRASIL. *PNLD*. Disponível em:<http://www.livrosdidaticos.cefetmg.br/pnld/>. Acesso em: 8 de jun. 2018

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso. p. 87-95. 2005.

CHIQUETTI, Taciana; MONTENEGRO, Maria Sandra *Filosofia Ubuntu: busca de sentidos, caminhos para compreensões*. Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

FERREIRA, Vanessa Rego; OLIVEIRA, Amurabi. *O Ensino de Sociologia como um campo (ou subcampo) científico*. Maringá: Acta Scientiarum Human and Social Sciences. v. 37, n. 1, p. 31-39, jan./jun., 2015.

GOUVEIA, Fábio Castro. “Introdução ao Gephi”. In: FIALHO, Joaquim. *Redes sociais. Como compreendê-las? Uma introdução à análise de redes sociais*. Lisboa: Edições Sílabo. 2020.

GNECCO, Cristóbal. *Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad*. Belém: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas. vol.4, n.1, p.15-26, 2009.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147, 2008.

LANDER, Edgardo, “Eurocentrismo y colonialismo en el pensamiento social latinoamericano”. In: Roberto Briceno-León; Heinz R. Sonntag (orgs.). *Pueblo, época y desarrollo: la sociología de América Latina*. Caracas: Nueva Sociedad, 87-96, 1998.

LEDA, Manuela Corrêa. *Teorias pós-coloniais e decoloniais: para repensar a sociologia da modernidade*. Temáticas Campinas, v. 23, n. 45/46, p. 101-126, 2015.

MACHADO, Igor José de Renó; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de. *Sociologia Hoje: Livro do professor*. São Paulo: Editora Ática. p.8-23, 2018.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade*. Coimbra: Revista Crítica de Ciências Sociais. n. 80, mar. p. 71-114, 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto*. El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. 2007. p. 127-167. Disponível em: <https://ram-wan.net/restrepo/decolonial/17-maldonado-colonialidad%20del%20ser.pdf>. Acesso em: 8 de out. de 2023.

MEUCCI, Simone. *A Institucionalização da Sociologia no Brasil: Primeiros Manuais e Cursos*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Campinas: UNICAMP. 2000.

MIGNOLO, Walter. *Desobediencia Epistémica: Retórica de la Modernidad, Lógica de la Colonialidad y Gramática de la Descolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones Del Signo. 2010.

MIGNOLO, Walter. *Colonialidade: O Lado Mais Escuro da Modernidade*. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2017, vol.32, n.94, e329402. Epub June 22, 2017. ISSN 1806-9053. <http://dx.doi.org/10.17666/329402/2017>. Acesso em: 15 de out. de 2023.

MIGNOLO, Walter. “Os esplendores e as misérias da ‘ciência’: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (ed.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ‘ciências’ revistado*. Lisboa: Edições Afrontamento. p. 631-671, 2003.

MOCELIN, Daniel Gustavo. Subcampo, o ensino de Sociologia e o seu. In: BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. *Dicionário do Ensino de Sociologia*. Maceió, AL : Editora Café com Sociologia. 2020.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: http://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoesDeRacaRacismoIdentidadeE Etnia.pdf . Acesso em: 8 de out. de 2023.

NUNES, Ana Tereza da Silva; COSTA JUNIOR, Jair da. Branquitude e Colonialidade Acadêmica. Anais eletrônicos do *VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade* [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande: Ed. da FURG, 2018. Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/> Acesso em: 10 de out. de 2023.

OLIVEIRA, Amurabi; ERAS, Lígia Wilhelms. *Por um ensino de sociologia descolonizado*. Realis. Vol.1, nº 01, Jan./Jun. 2011.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. *Sociologia para jovens do século XXI: Livro do professor*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio. p. 8-15, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, CLACSO, p. 227-278, 2005.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SILVA, Afrânio. et al. *Sociologia em movimento: Livro do professor*. São Paulo: Moderna. 2ª ed. p. 15-35, 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Feitosa; André Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WALSH, Catherine. Interculturalidad e colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. (Org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores. p. 47-62, 2007.

WALSH, Catherine. *Pedagogías decoloniales prácticas insurgentes de resistir, (es)existir y (re)vivir*. Tomo II. Serie Pensamiento decolonial, Abya Yala, 2017.

WERMELINGER, Vitória Marinho. *A decolonialidade nos livros didáticos de sociologia: entre a legislação e os materiais didáticos*. Revista Discente Planície Científica. v. 4, n. 1, jan./jul. 2022.

Disponível em: <https://periodicos.uff.br/planiciecientifica/article/view/54047> Acesso em: 12 de out. de 2023.

YOUNG, Iris Marion. *La justicia y la política de la diferencia*. Valencia: Cátedra, 2000.

Recebido em: 30 de outubro de 2023.

Aceito em: 24 de fev. 2024